

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Objetiva P1 - Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa, Matemática Financeira, Direito Administrativo I e Direito Constitucional

Texto 1 – Como sabemos que o aquecimento global é real?

Por Carlos Tosi

“A primeira coisa a dizer a respeito disso é que a ciência básica por trás do mecanismo do aquecimento global – ou mudança climática, para quem quiser a versão mais sofisticada do problema – é bem simples, direta, nada controversa e está estabelecida há séculos.

O fato de que a atmosfera terrestre aprisiona energia solar já havia sido deduzido por Joseph Fourier há quase 200 anos. Svante Arrhenius já estabeleceu que os principais responsáveis por esse processo são o CO₂ e o vapor d'água, há mais de 100.

Não existe, aliás, nenhuma controvérsia quanto à capacidade do dióxido de carbono de capturar calor: ela é levada em conta, por exemplo, no design de mísseis termoguiados, aqueles que perseguem o avião acrobático do herói nos filmes de ação.

Some-se a esses fatos bem estabelecidos apenas mais um, também nada polêmico – o de que a queima de petróleo, carvão e outros hidrocarbonetos produz CO₂ – e temos uma cadeia de premissas que leva a deduções lógicas que não requerem nenhum ‘Xeroque Rolmes’: o CO₂ impede que a Terra devolva ao espaço o calor recebido do Sol. Quanto mais CO₂, mais calor fica aprisionado. Quanto mais petróleo usamos, mais CO₂ emitimos. Usamos bastante petróleo. Logo, estamos esquentando o planeta.

Claro que, em se tratando de ciências físicas, cadeias dedutivas não bastam: é preciso confrontá-las com observações e experimentos. Afinal, mesmo que o encadeamento lógico, construído a partir das premissas conhecidas, seja perfeito, sempre é possível que a natureza tenha deixado alguma premissa oculta pelo caminho.

No caso do aquecimento global causado por atividade humana, é verdade que, pelo menos até os anos 70 do século passado, muitos cientistas especulavam se o efeito não seria autolimitante: talvez outras formas de poluição emitidas junto com o CO₂ fizessem ‘sombra’ na Terra e reduzissem a radiação solar incidente (o mesmo princípio, ainda que numa escala bem menos dramática, do Inverno Nuclear). Ou talvez o aumento na evaporação de água produzisse mais nuvens e essas nuvens, sendo brancas, refletissem a luz do Sol de volta ao espaço.

Mas hoje sabemos que essas válvulas de escape e controle, com que imaginávamos poder contar, 40 anos atrás, simplesmente não funcionam. Mesmo a cobertura de nuvens pode, na verdade, acelerar o aquecimento.

Observações e experimentos conduzidos nas últimas décadas mostraram que o efeito estufa não é autolimitante e, sim, *autoacelerante*! Não só o ganho em nuvens e sujeira falha em equilibrar o aumento de temperatura, como a perda do gelo (branco, refletor de luz solar) nos oceanos expõe a água (escura), e o aquecimento dos solos congelados libera metano, outro gás do efeito estufa.

Também não faz sentido negar que o planeta esteja aquecendo. Há medições científicas do conteúdo de calor aprisionado nos oceanos e na superfície terrestre, e elas mostram clara elevação. As temperaturas globais também têm aumentado, e são as maiores, pelo menos, dos últimos mil anos. Um argumento ingênuo contra essa constatação é o de que ainda ocorrem invernos rigorosos. Mas, da mesma forma que um eventual dia frio no verão não nega o fato de que esta é uma estação, no geral, mais quente que as demais, eventuais períodos de frio intenso não desfazem a tendência geral, de longo prazo, de aquecimento do globo terrestre.

Pode-se argumentar, ainda, que o clima global responde a outros fatores – cientistas chamam-nos de ‘forçantes’ – para além da concentração de gases emitidos pela atividade industrial humana, como a intensidade do brilho do Sol. É verdade. A questão, portanto, é determinar quais as forçantes que predominam dentro do cenário atual.

Acontece que a atividade solar tem estado em declínio desde os anos 80, e ainda assim as temperaturas seguem subindo. Variações periódicas na órbita da Terra também deveriam estar nos encaminhando para um período de resfriamento e, a despeito disso, as temperaturas seguem subindo.

Um trabalho exaustivo de avaliação e teste da hipótese de que diferentes forçantes climáticas poderiam explicar o cenário atual deixa, como principal responsável pelo aquecimento, o acúmulo de CO₂ gerado por atividade humana na atmosfera nos últimos 200 anos.

A saída que resta para quem insiste em negar esses fatos é apostar em alguma espécie de ilusão coletiva ou conspiração envolvendo praticamente todos os cientistas – mais de 90%, na verdade – que têm o estudo do clima e de suas variações de longo prazo como principal foco de pesquisa.

Dada a forma como a atividade científica é conduzida, com a rotina de críticas duras por parte de colegas e competidores, a constante reanálise de dados e a exigência de revisão dos resultados pelos pares, a ocorrência de um fenômeno assim é algo bem próximo do inconcebível.

Esse apelo desesperado à ilusão ou à conspiração é comum em círculos pseudocientíficos – criacionistas usam-no para explicar a exclusão de suas crenças do currículo das ciências e homeopatas, acuados, também começam a se valer dele – mas não deveria ter lugar no debate sério sobre o que a melhor ciência disponível realmente diz.”

Disponível em: <https://revistaquestaodeciencia.com.br/questionador-questionado/2018/12/09/como-sabemos-que-o-aquecimento-global-e-real-e-causado-por-nos>

Acesso em: 04/01/2023

1

Do ponto de vista da sua macroestrutura, o texto 1 pode ser dividido em dois grandes blocos: o bloco 1, que vai do primeiro até o quarto parágrafo; e o bloco 2, que vai do sexto até o penúltimo parágrafo. Entre eles, o quinto parágrafo funciona como um parágrafo de transição.

A diferença entre os dois blocos, no que diz respeito à contribuição que eles oferecem para a construção da argumentação, é corretamente capturada pela seguinte dicotomia:

- (A) percurso histórico (bloco 1) X situação atual (bloco 2);
- (B) plausibilidade teórica (bloco 1) X validade empírica (bloco 2);
- (C) raciocínio lógico (bloco 1) X forças climáticas (bloco 2);
- (D) ciências físicas (bloco 1) X cadeias dedutivas (bloco 2);
- (E) consenso científico (bloco 1) X ilusão coletiva (bloco 2).

2

“Esse apelo desesperado à ilusão ou à conspiração é comum em círculos pseudocientíficos – criacionistas usam-no para explicar a exclusão de suas crenças do currículo das ciências e homeopatas, acuados, também começam a se valer dele – mas não deveria ter lugar no debate sério sobre o que a melhor ciência disponível realmente diz.” (Texto 1, 15º parágrafo)

A alternativa em que a reescritura da passagem acima NÃO produz mudança substancial de significado nem apresenta desvio em relação à norma padrão é:

- (A) É comum, que se observe esse apelo desesperado à ilusão ou à conspiração em círculos pseudocientíficos – criacionistas usam-no para explicar a exclusão de suas crenças do currículo das ciências e homeopatas, acuados, também começam a se valer dele. No entanto, ele não deveria ter lugar no debate sério sobre o que a melhor ciência disponível realmente diz;
- (B) Esse apelo desesperado à ilusão ou à conspiração é comum em círculos pseudocientíficos – criacionistas usam-no para explicar a exclusão de suas crenças do currículo das ciências e homeopatas acuados também começam a se valer dele – mas não deveria ter lugar no debate sério acerca do que a melhor ciência disponível efetivamente diz;
- (C) Membros de círculos pseudocientíficos comumente apelam de forma desesperada à ilusão ou à conspiração – por exemplo, criacionistas usam esse recurso para explicar a exclusão de suas crenças do currículo das ciências e homeopatas, acuados, também começam a se valer dele. Sendo assim, tal apelo não deveria ter lugar no debate sério sobre o que a melhor ciência disponível realmente diz;
- (D) Ainda que tal apelo desesperado à ilusão ou à conspiração seja comum em círculos pseudocientíficos – para além de criacionistas, que o utilizam para explicar a exclusão de suas crenças do currículo das ciências, também homeopatas, acuados, começam a se valer dele –, tal recurso não deveria ter lugar no debate sério sobre o que a melhor ciência disponível realmente diz;
- (E) É comum que se observe esse apelo desesperado à ilusão ou à conspiração em círculos pseudocientíficos – criacionistas usam-no para explicar a exclusão de suas crenças do currículo das ciências e homeopatas, acuados, também começam a se valer dele. Tal recurso todavia, não deveria ter lugar no debate sério sobre o que a melhor ciência disponível de fato diz.

3

Em cada uma das alternativas abaixo, observa-se uma passagem retirada do texto 1 (anterior ao sinal >) e uma proposta de reescritura dessa mesma passagem (posterior ao sinal >).

A alternativa em que essa reescritura NÃO produz desvio da norma padrão no que diz respeito ao uso do pronome relativo é:

- (A) “ela é levada em conta, por exemplo, no design de mísseis termoguiados, aqueles que perseguem o avião acrobático do herói nos filmes de ação.” (3º parágrafo) > ela é levada em conta, por exemplo, no design de mísseis termoguiados, aqueles pelos quais o avião acrobático do herói é perseguido nos filmes de ação;
- (B) “Some-se a esses fatos bem estabelecidos apenas mais um, também nada polêmico – o de que a queima de petróleo, carvão e outros hidrocarbonetos produz CO₂ – e temos uma cadeia de premissas que leva a deduções lógicas que não requerem nenhum ‘Xeroque Rolmes’” (4º parágrafo) > Some-se a esses fatos bem estabelecidos apenas mais um, também nada polêmico – o de que a queima de petróleo, carvão e outros hidrocarbonetos produz CO₂ – e temos uma cadeia de premissas que leva a deduções lógicas às quais não pressupõem nenhum ‘Xeroque Rolmes’;
- (C) “No caso do aquecimento global causado por atividade humana, é verdade que, pelo menos até os anos 70 do século passado, muitos cientistas especulavam se o efeito não seria autolimitante” (6º parágrafo) > No caso do aquecimento global que a causa é a atividade humana, é verdade que, pelo menos até os anos 70 do século passado, muitos cientistas especulavam se o efeito não seria autolimitante;
- (D) “Mas hoje sabemos que essas válvulas de escape e controle, com que imaginávamos poder contar, 40 anos atrás, simplesmente não funcionam.” (7º parágrafo) > Mas hoje sabemos que essas válvulas de escape e controle, que imaginávamos poder confiar, 40 anos atrás, simplesmente não funcionam;
- (E) “A saída que resta para quem insiste em negar esses fatos é apostar em alguma espécie de ilusão coletiva ou conspiração envolvendo praticamente todos os cientistas – mais de 90%, na verdade – que têm o estudo do clima e de suas variações de longo prazo como principal foco de pesquisa.” (13º parágrafo) > A saída que resta para quem insiste em negar esses fatos é apostar em alguma espécie de ilusão coletiva ou conspiração envolvendo praticamente todos os cientistas – mais de 90%, na verdade – cujo o principal foco de pesquisa é o estudo do clima e de suas variações de longo prazo.

4

“Mas hoje sabemos que essas válvulas de escape e controle, com que imaginávamos poder contar, 40 anos atrás, simplesmente não funcionam.” (Texto 1, 7º parágrafo)

A passagem acima (texto 1) faz referência a “válvulas de escape e controle”. A alternativa em que uma dessas “válvulas” está corretamente identificada é:

- (A) uso intensivo do petróleo;
- (B) verificação de cadeias dedutivas por meio de observações e experimentos;
- (C) existência de premissas ocultas deixadas pela natureza;
- (D) possibilidade de ocorrência de um Inverno Nuclear;
- (E) aumento na evaporação de água.

5

A concessão é uma estratégia argumentativa caracterizada por dois movimentos retóricos: inicialmente (movimento 1), o enunciador parece conceder razão ao seu oponente; em seguida (movimento 2), o enunciador refuta a tese desse mesmo oponente.

No que se refere ao texto 1, é correto afirmar que esses dois movimentos estão presentes, nessa ordem, no seguinte par de parágrafos:

- (A) 1 e 2;
- (B) 4 e 5;
- (C) 6 e 7;
- (D) 10 e 11;
- (E) 14 e 15.

6

Textos argumentativos são tipicamente polifônicos – isto é, eles nos permitem “ouvir a voz” de diferentes atores e grupos sociais, e não apenas a do seu autor.

A alternativa em que a posição expressa NÃO pode ser atribuída ao autor do texto 1 é:

- (A) “O fato de que a atmosfera terrestre aprisiona energia solar já havia sido deduzido por Joseph Fourier há quase 200 anos.” (2º parágrafo);
- (B) “Não existe, aliás, nenhuma controvérsia quanto à capacidade do dióxido de carbono de capturar calor” (3º parágrafo);
- (C) “Ou talvez o aumento na evaporação de água produzisse mais nuvens e essas nuvens, sendo brancas, refletissem a luz do Sol de volta ao espaço.” (6º parágrafo);
- (D) “As temperaturas globais também têm aumentado, e são as maiores, pelo menos, dos últimos mil anos.” (9º parágrafo);
- (E) “Acontece que a atividade solar tem estado em declínio desde os anos 80, e ainda assim as temperaturas seguem subindo.” (11º parágrafo).

7

“A primeira coisa a dizer a respeito disso é que a ciência básica por trás do mecanismo do aquecimento global – ou mudança climática, para quem quiser a versão mais sofisticada do problema – é bem simples, direta, nada controversa e está estabelecida há séculos.” (Texto 1, 1º parágrafo)

No trecho sublinhado acima, são enumeradas quatro palavras ou expressões que funcionam como sinônimos contextuais: “bem simples”, “direta”, “nada controversa” e “estabelecida há séculos”.

No contexto do texto 1, o enfileiramento desses quatro itens produz o efeito de:

- (A) preparar o leitor para uma conclusão incômoda;
- (B) relativizar uma afirmação polêmica;
- (C) explicitar um argumento subentendido;
- (D) evidenciar uma falácia argumentativa;
- (E) enfatizar a validade de um conjunto de premissas.

Texto 2 – O jornalismo de opinião pode perpetuar negacionismos? (adaptado)

Por Matheus Cervo

“No dia 9 de agosto de 2021, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) emitiu um dos mais completos e conclusivos relatórios sobre a grave crise ecológica e planetária que enfrentamos. O documento tem mais de 3 mil páginas, que foram escritas por aproximadamente 200 cientistas oriundos de 60 países diferentes a partir de anos de pesquisa sobre o tema, citando mais de 14 mil estudos que dão base às conclusões feitas.

Após apenas um mês de emissão do relatório, o jornal *Zero Hora* (ZH) publicou um infeliz artigo de opinião de Flávio Juarez Feijó chamado ‘Aquecimento Natural’. Apesar de ser geólogo e ser mestre em geociências, Flávio foi abraçado pelo jornal da capital gaúcha por suas opiniões descabidas, que não possuem nenhum embasamento científico.

Nesse artigo aprovado por ZH, ele ousou dizer que o relatório do IPCC é alarmista e que tem como meta o impedimento do crescimento de países subdesenvolvidos como o Brasil. Como supostos argumentos científicos, afirma que as mudanças climáticas atuais fazem parte de um ciclo natural da terra e que não é necessário reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Ainda, opina que as metas de carbono zero fariam a sociedade voltar a andar a cavalo e que a agricultura do nosso país voltaria a ser movida por arados a boi.

Em letras miúdas quase imperceptíveis ao(à) leitor(a), o jornal ZH escreve no rodapé da página do artigo: ‘Os textos não representam a opinião do Grupo RBS’. Contudo, essa não é a primeira vez que ZH abraça as opiniões de Flávio, já que publicou outro texto do geólogo em 2018 chamado ‘Descarbonizar não é preciso’. Neste texto, sem nenhuma referência científica, diz que o derretimento das geleiras não acrescentaria uma ‘gota no oceano’, que o gelo da Antártica está protegido e que o nível do mar não irá subir. Ainda assim, não se contém e diz que, caso várias áreas do planeta derretam devido ao ‘aquecimento natural’, deve-se aproveitar as ‘benesses’ do contexto e criar novas rotas de navegação e vastas áreas de agricultura (!).

Não é preciso dizer mais nada para afirmar que escolhas editoriais como essa são perigosas e devem ser apontadas como tal. Pequenas notas em rodapé não devem justificar a falta de responsabilidade de veículos de comunicação para com a pauta do colapso climático. É importante dizer que essas escolhas estão sendo feitas por muitos jornais brasileiros, como *Folha de São Paulo*, que publicou um péssimo texto de Leandro Narloch chamado ‘Negacionistas e aceitacionistas se equivalem na reação histórica contra quem questiona seus dogmas’. A publicação foi feita apenas 8 dias depois da emissão do relatório do IPCC e apenas 3 dias após manifestação do ombudsman da *Folha* contra o mesmo colunista.

Esse pronunciamento do ombudsman só ocorreu devido à grande polêmica que os diversos textos negacionistas de Narloch causaram na opinião pública através das redes sociais. Por isso, devemos nos manter alerta às decisões editoriais como as de *Zero Hora* e nos manifestar criticamente para que o jornalismo brasileiro não aja como se o colapso climático fosse questão de opinião.”

Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/2021/09/13/o-jornalismo-de-opiniao-pode-perpetuar-negacionismos-%ef%bf%bc/>

Acesso em: 04/01/2023

8

O texto 2 apresenta não apenas o mesmo tema geral do texto 1 (o negacionismo em relação ao aquecimento global), mas também o mesmo modo de organização discursiva predominante: em ambos os casos, trata-se de textos argumentativos, como se pode verificar pela presença de uma tese central e de argumentos que a sustentam.

A passagem do texto 2 que melhor sintetiza sua tese central é:

- (A) “No dia 9 de agosto de 2021, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) emitiu um dos mais completos e conclusivos relatórios sobre a grave crise ecológica e planetária que enfrentamos.” (1º parágrafo);
- (B) “Apesar de ser geólogo e ser mestre em geociências, Flávio foi abraçado pelo jornal da capital gaúcha por suas opiniões descabidas que não possuem nenhum embasamento científico.” (2º parágrafo);
- (C) “ele ousou dizer que o relatório do IPCC é alarmista e que tem como meta o impedimento do crescimento de países subdesenvolvidos como o Brasil.” (3º parágrafo);
- (D) “o derretimento das geleiras não acrescentaria uma ‘gota no oceano’, que o gelo da Antártica está protegido e que o nível do mar não irá subir.” (4º parágrafo);
- (E) “Não é preciso dizer mais nada para afirmar que escolhas editoriais como essa são perigosas e devem ser apontadas como tal.” (5º parágrafo).

9

“O documento tem mais de 3 mil páginas, que foram escritas por aproximadamente 200 cientistas oriundos de 60 países diferentes a partir de anos de pesquisa sobre o tema, citando mais de 14 mil estudos que dão base às conclusões feitas.” (Texto 2, 1º parágrafo)

Na passagem transcrita acima, chama a atenção o acúmulo de quatro dados numéricos (“3 mil páginas”, “200 cientistas”, “60 países diferentes” e “14 mil estudos”) em um único período.

No contexto do texto 2, esse acúmulo produz o efeito de:

- (A) minimizar a importância do aquecimento global;
- (B) reforçar um argumento de autoridade;
- (C) revelar um raciocínio circular;
- (D) expor o caráter controverso das mudanças climáticas;
- (E) ressaltar a importância de conscientizar os consumidores.

10

“Por isso, devemos nos manter alerta às decisões editoriais como as de *Zero Hora* e nos manifestar criticamente para que o jornalismo brasileiro não aja como se o colapso climático fosse questão de opinião.” (Texto 2, 6º parágrafo, último período)

O texto 2 é predominantemente argumentativo (no que se refere ao seu modo de organização discursiva) e desempenha majoritariamente as funções referencial e emotiva (no que se refere ao seu propósito comunicativo).

Seu último período, no entanto, subverte esse padrão, na medida em que evidencia uma predominância:

- (A) do modo narrativo e da função metalinguística;
- (B) do modo descritivo e da função fática;
- (C) do modo injuntivo e da função conativa;
- (D) do modo argumentativo e da função poética;
- (E) do modo expositivo e da função fática.

11

Certo imóvel acabou de ser alugado por R\$ 1.200,00 por mês, pago vencido, por tempo indeterminado. Supondo que o imóvel valha R\$ 600.000,00, a taxa corrente de juros compatível com esses valores é de:

- (A) 0,2%;
- (B) 0,3%;
- (C) 0,4%;
- (D) 0,5%;
- (E) 0,6%.

12

Camila comprou um produto que custava R\$ 1.500,00 à vista. Ela pagou um valor V no ato da compra e, um mês depois, pagou R\$ 1.100,00, quitando a compra. A taxa de juros mensal que o vendedor aplicou foi de 10%.

O valor V, pago no ato da compra, foi de:

- (A) R\$ 420,00;
- (B) R\$ 500,00;
- (C) R\$ 600,00;
- (D) R\$ 640,00;
- (E) R\$ 680,00.

13

O custo com bebidas de um evento com 120 pessoas foi de R\$ 3.600,00. O custo com bebidas de um evento similar, mas com 90 pessoas, é de:

- (A) R\$ 2.400,00;
- (B) R\$ 2.500,00;
- (C) R\$ 2.600,00;
- (D) R\$ 2.700,00;
- (E) R\$ 2.800,00.

14

Izabel desconta uma promissória de valor de R\$ 120,00 com vencimento em 60 dias, em um banco cuja taxa de desconto bancária é de 10% ao mês.

A taxa mensal de juros que Izabel está pagando é de:

(Dados: $\sqrt{5} \approx 2,236$)

- (A) 10,2%;
- (B) 10,7%;
- (C) 11,8%;
- (D) 12,1%;
- (E) 12,6%.

15

Sabe-se que 6 tratores operando por 6 horas são capazes de arar 8 hectares de terra a mais do que 4 tratores operando por 8 horas.

Serão arados por 6 tratores operando por 6 horas:

- (A) 36 hectares;
- (B) 42 hectares;
- (C) 56 hectares;
- (D) 68 hectares;
- (E) 72 hectares.

16

Mauro tinha uma conta para pagar de R\$ 1.000,00, que vence no dia 5 de setembro de 2022. Ela só pagou no dia 15 de setembro de 2022.

Sabendo-se que Mauro pagou R\$ 1.050,00, a taxa mensal de juros de mora (juros simples) cobrada foi de:

- (A) 10%;
- (B) 11%;
- (C) 12%;
- (D) 15%;
- (E) 18%.

17

Alice comprou uma televisão que custa R\$ 5.000,00 à vista. Ela vai pagar em 10 prestações mensais iguais de R\$ 586,15, sem entrada.

Sabendo-se que na primeira mensalidade a amortização do principal é de R\$ 436,15, a taxa de juros mensal embutida nesse financiamento é de:

- (A) 2%;
- (B) 2,5%;
- (C) 3%;
- (D) 3,5%;
- (E) 4%.

18

Ricardo fez um empréstimo com taxa de juros nominais de J ao ano, capitalizada mensalmente.

Se a taxa de juros mensal equivalente é de 2%, a taxa de juros J é de:

- (A) 22%;
- (B) 23%;
- (C) 24%;
- (D) 25%;
- (E) 26%.

19

Bruno adquiriu um imóvel de R\$ 500.000,00 por financiamento, a ser pago com uma taxa de juros de 4% ao mês no sistema de amortizações constantes (SAC) com 50 parcelas mensais, sem entrada.

O valor da primeira parcela é de:

- (A) R\$ 20.000,00;
- (B) R\$ 25.000,00;
- (C) R\$ 28.000,00;
- (D) R\$ 30.000,00;
- (E) R\$ 32.000,00.

20

A regra para formação do preço do chocolate na loja de Manuel é a seguinte: o preço do chocolate é 110% do valor pago ao fornecedor do chocolate, acrescido de R\$ 5,00.

Se o preço do chocolate na loja de Manuel é hoje de R\$ 17,10, Manuel pagou para o fornecedor pelo chocolate o valor de:

- (A) R\$ 8,00;
- (B) R\$ 9,00;
- (C) R\$ 10,00;
- (D) R\$ 11,00;
- (E) R\$ 12,00.

21

O Município X procedeu, em janeiro de 2023, à contratação de pessoa jurídica de direito privado para a realização de obras. Após regular fiscalização, constatou-se que houve apropriação indevida de bens do Município.

Com base na legislação em vigor e na jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

- (A) o ato de improbidade administrativa praticado enseja, entre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos por até doze anos;
- (B) o ato de improbidade administrativa praticado, causando prejuízo ao erário, é admitido em sua forma culposa;
- (C) a hipótese descrita afigura-se ilícita, sendo possível o ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa em até cinco anos, contados a partir da ocorrência do ato;
- (D) os fatos narrados não permitem a formulação do pedido de indisponibilidade de bens da pessoa jurídica contratada, apenas os de seus sócios administradores;
- (E) o Ministério Público detém legitimidade exclusiva para celebrar acordo de não persecução cível na hipótese versada, desde que advenha o integral ressarcimento do dano.

22

Determinado operador, pessoa natural que realizou o tratamento de dados pessoais em nome de controlador, pessoa jurídica de direito público, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causou dano patrimonial e moral a Caio, tendo sido comprovada, judicialmente, a violação à legislação de proteção de dados pessoais.

A partir da legislação em vigor, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilidade pelos danos causados pelo tratamento, quando descumpridas as obrigações da legislação de proteção de dados, é do controlador, respondendo o operador subsidiariamente;
- (B) o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, equiparando-se ao controlador, inexistindo casos de exclusão de responsabilidade;
- (C) o exercício de atividade de tratamento de dados pessoais que cause dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, quando violada a legislação de proteção de dados pessoais, enseja o dever de reparação;
- (D) os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais que causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, respondem subsidiariamente;
- (E) o direito de regresso contra os demais responsáveis é conferido apenas ao encarregado, na medida de sua participação no evento danoso.

23

Pessoa jurídica de direito privado, por meio de seus representantes, deu diretamente vantagem indevida a agente público municipal, com o objetivo de fraudar o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

Considerando-se o ato lesivo e o teor da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de ato contra a administração pública, em razão do qual as pessoas jurídicas são responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais envolvidas;
- (B) a responsabilidade da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito;
- (C) na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, a responsabilidade da pessoa jurídica não subsiste, passando a responsabilidade à sociedade sucessora;
- (D) prescrevem em oito anos as infrações previstas na Lei nº 12.846/2013, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado;
- (E) em razão da prática de ato lesivo, descrito pela Lei nº 12.846/2013, é exclusiva a atribuição do Ministério Público para o ajuizamento de ação com vistas à dissolução compulsória da pessoa jurídica.

24

A Secretaria Municipal de Saúde, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, iniciou procedimento licitatório visando à contratação de pessoa jurídica de direito privado para o fornecimento de tampa de reservatório de água potável. Realizado o pregão, determinada pessoa jurídica de direito privado ajuizou medida judicial, buscando sua anulação, sob o argumento de que, por deter carta de patente de modelo de utilidade de capa para tampa de caixa d'água, a hipótese seria de inexigibilidade de licitação, por considerar ser o fornecedor exclusivo.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que:

- (A) as hipóteses de contratação direta por inexigibilidade de licitação são taxativas;
- (B) as contratações diretas encetadas pelo poder público, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação e dispensa de licitação, exigem a inviabilidade de competição;
- (C) à pessoa jurídica de direito privado, autora da demanda, não assiste razão, uma vez que a hipótese descrita no enunciado ensejaria contratação direta por dispensa de licitação;
- (D) o fato de a pessoa jurídica deter a patente de modelo de utilidade, com melhoramentos promovidos em produto já existente, é suficiente para afastar a exigência legal da realização de certame público;
- (E) a inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, devendo ser demonstrado que o produto, tutelado por exclusividade, devidamente atestada, não pode ser disponibilizado por concorrentes.

25

Determinada sociedade empresária concessionária de serviços públicos municipais não vem prestando os serviços a contento, gerando inúmeras reclamações junto ao Município, que constatou indícios de inadequação do serviço.

Com base na legislação em vigor e na jurisprudência atualizada, é correto afirmar que o Município:

- (A) poderá, apenas, aplicar multa à concessionária, devendo aguardar o término do prazo de concessão para proceder à nova licitação;
- (B) poderá intervir na concessão que visará somente à análise contábil das atividades financeiras da concessionária e ao acompanhamento de suas atividades;
- (C) poderá intervir na concessão por se tratar de prerrogativa do Poder concedente, podendo a intervenção se dar por prazo indeterminado, até que se constatem todas as inadequações;
- (D) deverá, antes de proceder à decretação de intervenção, viabilizar à sociedade empresária concessionária o contraditório e a defesa prévios;
- (E) poderá intervir, caso preenchidos os requisitos legais e, não sendo hipótese de extinção da concessão, a administração do serviço retorna à concessionária, prestadas as contas pelo interventor.

26

Tício, devidamente identificado, apresentou pedido de acesso à informação ao Município, adequadamente especificado. Passados mais de quinze dias, não houve resposta ou qualquer manifestação do ente federativo.

Considerando os dispositivos em vigor na Lei nº 12.527/2011 e no Decreto Rio nº 44.745/2018, é correto afirmar que, em regra:

- (A) o Município deve conceder o acesso imediato à informação disponível por força de determinação legal;
- (B) na hipótese de não ser possível conceder acesso à informação postulada de imediato, o Município deve, em prazo não superior a quinze dias, entre outras possíveis medidas, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;
- (C) o Município não pode recusar acesso a informações, exceto quando se tratar do valor dos vencimentos de servidor público;
- (D) a hipótese descrita no enunciado caracteriza retardo deliberado do fornecimento de informação, conduta ilícita passível de responsabilização;
- (E) agir com dolo ou qualquer tipo de culpa na análise dos pedidos de acesso à informação enseja responsabilização.

27

Determinado ente federativo recebeu um imóvel fruto de dação em pagamento para quitação de dívida de particular com o referido ente. Tempos depois, o ente federativo decide vender o referido imóvel.

Para tanto, nos termos da doutrina, da jurisprudência e da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) a Administração Pública pode optar pela realização de avaliação do imóvel caso seja demonstrada a hipótese de dispensa de licitação;
- (B) a Administração Pública deverá proceder à avaliação do imóvel, não sendo possível dispensar a licitação;
- (C) a autorização legislativa é exigível apenas nos processos de alienação de bem imóvel público derivado de procedimento judicial;
- (D) para a viabilização da alienação de bem público basta a demonstração da existência de interesse público;
- (E) a alienação de bem público derivado de dação em pagamento dispensa licitação.

28

Tício, agente público municipal, com aprovação do titular da pasta à qual está vinculado, participou de congresso, no Brasil, inexistindo conflito de interesse com o exercício de sua função pública.

A partir da legislação em vigor, é correto afirmar que:

- (A) as despesas de transporte, estadia, taxas de inscrição e outras despesas não podem, em qualquer hipótese, ser custeadas pelo patrocinador do evento;
- (B) tratando-se de congresso profissional, no qual Tício aprimorou suas qualidades técnicas, as despesas de transporte, estadia, taxas de inscrição e outras despesas devem ser custeadas pelo Município, presumindo-se o interesse público;
- (C) as despesas de transporte e outras despesas podem ser excepcionalmente custeadas pelo patrocinador do evento se este for organismo internacional;
- (D) Tício, como agente público municipal, não pode aceitar descontos de transporte, hospedagem e refeição, bem como de taxas de inscrição;
- (E) na hipótese de Tício ter recebido cumulativamente, do patrocinador e do Município, recursos para participar do congresso, configura-se a prática de ato de improbidade administrativa, sendo exigível o ressarcimento ao erário.

29

Caio, durante trajeto habitual do seu dia a dia, foi assaltado em transporte coletivo municipal (ônibus pertencente à pessoa jurídica de direito privado concessionária do serviço público), sofrendo dano material, tendo sido levados todos os bens que portava na ocasião. Os assaltantes fugiram, e nada foi recuperado.

Considerando a jurisprudência e a legislação em vigor, é correto afirmar que:

- (A) a sociedade empresária, concessionária de serviço público de transporte coletivo, deverá ressarcir o dano causado, uma vez que sua responsabilidade não comporta excludentes;
- (B) a responsabilidade da pessoa jurídica concessionária de serviço público de transporte coletivo, em relação aos passageiros, é objetiva, podendo ser elidida por fato doloso e exclusivo de terceiro, desde que este não guarde conexão com a atividade de transporte;
- (C) a responsabilidade da pessoa jurídica concessionária de serviço público de transporte coletivo, em relação aos passageiros, é subjetiva, comportando excludentes;
- (D) a sociedade empresária, concessionária de serviço público de transporte coletivo, não pode ser responsabilizada pois, na hipótese, cabe tão somente ao Estado, Poder concedente, a responsabilidade civil pelos danos causados;
- (E) Caio será ressarcido nos valores que não forem reputados insignificantes, de forma solidária, pelo poder concedente e pela concessionária.

30

Tício, servidor público, praticou ato que não se insere no âmbito de sua competência. Posteriormente, o processo gerado a partir do referido ato foi encaminhado a Caio, servidor com efetiva competência.

No caso em tela, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes, é correto afirmar que, em regra:

- (A) o ato é anulável, podendo ser convalidado para que os efeitos já produzidos sejam considerados válidos, aptos a produzir efeitos regulares;
- (B) o ato é anulável, devendo ser convalidado em até cinco anos, sob pena de prescrição e impossibilidade de produção de efeitos;
- (C) o ato é nulo, não podendo ser convalidado;
- (D) são passíveis de convalidação tanto os atos eivados de vícios de competência em relação à pessoa como em relação à matéria;
- (E) atos administrativos podem ser convalidados quando o defeito é sanável, não acarretando lesão ao interesse público, independentemente de prejuízo a terceiro e se houver decisão vinculada da administração sobre sua convalidação.

31

Determinada estrutura orgânica do Município do Rio de Janeiro constatou que um imóvel, outrora utilizado na prestação de serviços públicos, se encontrava desocupado de longa data, o que, pelas características do local, acarretaria a sua deterioração.

Por tal razão, consultou sua assessoria a respeito de eventuais exigências a serem atendidas para a alienação do imóvel, considerando as vedações estabelecidas na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Foi corretamente esclarecido que a alienação cogitada:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) somente é permitida em se tratando de bens dominicais, o que não é o caso;
- (C) pressupõe prévia aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal;
- (D) somente pode ser realizada na modalidade de troca com outro ente federativo;
- (E) pode ser livremente realizada pelo prefeito municipal, mediante licitação, desde que haja prévia avaliação.

32

Mário, professor de direito, questionou seus alunos a respeito da exigibilidade direta de um direito social, a partir de sua previsão na Constituição da República de 1988. Ana sustentou que direitos dessa natureza, por serem indissociáveis do princípio da dignidade da pessoa humana, têm sempre eficácia direta e aplicabilidade imediata. Inês, por sua vez, afirmou que, em regra, a exigibilidade dos direitos sociais previstos na Constituição da República de 1988 está sujeita à integração de sua eficácia pela legislação infraconstitucional, com indicação da respectiva fonte de custeio. Por fim, Bruna sustentou que os direitos sociais, enquanto fatores de integração das liberdades fundamentais, recebem o mesmo tratamento jurídico destas últimas.

Ao final das observações, Mário observou, corretamente, que somente:

- (A) Ana está certa;
- (B) Inês está certa;
- (C) Bruna está certa;
- (D) Ana e Bruna estão certas;
- (E) Inês e Bruna estão certas.

33

Maria, estudiosa do federalismo brasileiro, constatou que um problema crônico em nossa realidade é a dificuldade enfrentada na implementação do saneamento básico. Afinal, são exigidos investimentos elevados, e os Municípios, ao atuarem isoladamente, inviabilizam a realização de um planejamento adequado e ampliam consideravelmente os custos envolvidos. Por tal razão, entendeu que a melhor solução para o problema seria a criação de regiões metropolitanas, que agrupariam os Municípios limítrofes, de modo a implementar o referido serviço de interesse comum.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação às reflexões de Maria, que elas estão:

- (A) certas, sendo possível a criação de regiões metropolitanas, pelos Estados, mediante lei complementar;
- (B) erradas, pois a autonomia política dos Municípios impede que suas competências sejam compartilhadas com outros entes;
- (C) certas, sendo possível a criação de regiões metropolitanas, pela União, a partir de dados do cadastro nacional federativo;
- (D) certas, sendo possível a criação de regiões metropolitanas, pelos Municípios, mediante lei autorizativa e a celebração de convênio;
- (E) erradas, pois importariam na criação de um novo ente federativo, à margem da estrutura constitucional da federação brasileira.

34

Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente Ana está certa;
- (C) somente Bruna está certa;
- (D) somente Ana e Inês estão certas;
- (E) somente Bruna e Inês estão certas.

35

João decidiu ingressar com uma ação em face da autarquia federal que gere o Regime Geral de Previdência Social.

Ao consultar o seu advogado a respeito do ramo do Poder Judiciário competente para processar e julgar o feito, foi-lhe corretamente informado que esse ramo é:

- (A) necessariamente a Justiça Federal, considerando a qualidade do demandado, o que não pode ser excepcionado pela lei;
- (B) a Justiça Federal, mas, se a comarca de domicílio de João não for sede de vara federal, a competência será da Justiça Estadual;
- (C) a Justiça Federal, mas a lei pode autorizar que a causa tramite perante a Justiça Estadual, se a comarca de domicílio de João não for sede de vara federal;
- (D) a Justiça Estadual, tratando-se de exceção à previsão geral de que as ações ajuizadas em face de autarquia federal são de competência da Justiça Federal;
- (E) a Justiça Federal ou a Justiça Estadual, à escolha de João, desde que, neste último caso, a comarca em que está domiciliado não seja sede de vara federal.

36

Enéas, após ser aprovado em concurso público de provas e títulos, realizado no âmbito do Município Beta, para o provimento do cargo efetivo X, questionou um colega, igualmente aprovado no certame, a respeito da natureza do estipêndio a ser pago pelo poder público. Na ocasião, o colega informou que, no âmbito do referido ente federativo:

- (1) o prefeito e os vereadores recebiam subsídio;
- (2) os secretários municipais, vencimento e verba de representação;
- (3) os ocupantes de cargos efetivos e em comissão, remuneração; e
- (4) a partir do próximo ano, entraria em vigor a Lei municipal nº YY dispondo que todos os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, organizados em carreira, passariam a receber subsídio.

Em relação à compatibilidade, com a Constituição da República de 1988, dos quatro regimes remuneratórios referidos pelo colega de Enéas, é correto afirmar que:

- (A) somente os regimes 1 e 3 são constitucionais;
- (B) somente os regimes 2 e 4 são constitucionais;
- (C) somente os regimes 1, 3 e 4 são constitucionais;
- (D) somente os regimes 2, 3 e 4 são constitucionais;
- (E) todos são constitucionais.

37

Um grupo de vereadores do Município Alfa, que adotava, como plataforma política, um discurso de defesa da família, apresentou projeto de lei estabelecendo a classificação, em caráter vinculante e peremptório, das diversões públicas a serem apresentadas no território municipal. A iniciativa, apesar de amplamente comemorada pela população, considerando as peculiaridades locais, foi criticada por diversos empresários.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido projeto de lei é:

- (A) constitucional, pois os Municípios têm competência para legislar sobre os assuntos de interesse local, mas a classificação deveria fixar prazo para adequação;
- (B) constitucional, considerando que todos os entes federativos têm competência para legislar sobre cultura, desde que observadas as normas gerais editadas pela União;
- (C) constitucional, pois é competência comum de todos os entes, como manifestação do federalismo cooperativo, legislar sobre a classificação das diversões públicas;
- (D) inconstitucional, pois compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre a classificação das diversões públicas;
- (E) inconstitucional, pois compete privativamente à União exercer a classificação, em caráter indicativo, das diversões públicas.

38

O Município Alfa, em cujo território era desenvolvida uma atividade agrícola extremamente lucrativa, mas com a utilização de métodos rudimentares de produção, com grande potencial lesivo ao meio ambiente, foi palco de um grande movimento popular, que resultou na apresentação do projeto de lei de iniciativa popular nº XX. Esse projeto buscou estabelecer normas de proteção ao meio ambiente, fixando balizamentos para as atividades que poderiam impactá-la.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Alfa, ao analisar o projeto na perspectiva da competência legislativa municipal, concluiu, corretamente, que ele era formalmente:

- (A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre meio ambiente;
- (B) inconstitucional, salvo se houver lei da União delegando o exercício dessa competência legislativa aos Municípios;
- (C) inconstitucional, pois compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a matéria;
- (D) constitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre as questões ambientais que se desenvolvam em seu território;
- (E) constitucional, o que pressupõe interesse local e que o projeto esteja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federativos, suplementando-a.

39

João, em um período muito conturbado de sua juventude, foi condenado pela prática de um crime. Após o decurso de cerca de vinte anos, foi interpelado por um colega de trabalho a respeito desse fato, o que lhe causou grande constrangimento. Ao questionar o colega a respeito de como tomou conhecimento dessa condenação, foi-lhe informado que isto ocorreu com a só utilização de um motor de busca na internet, o que lhe permitiu conhecer as notícias da época.

Insatisfeito com o ocorrido, João procurou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) as informações, não obstante o decurso do tempo, não se incorporaram à intimidade de João, podendo ser objeto de divulgação;
- (B) o direito à informação sempre prepondera, *in abstracto*, sobre o direito à privacidade, o que gera a inferência lógica de que a divulgação dos fatos é lícita;
- (C) as informações, pelo decurso do tempo, tornaram-se projeção do direito à privacidade, não podendo ser objeto de divulgação ou de comentários de terceiros;
- (D) em razão do abalo sofrido por João, o seu direito à privacidade, no caso concreto, apresenta maior peso que a liberdade de informação, o que torna a divulgação ilícita;
- (E) a divulgação das informações, na forma descrita, afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, comprometendo a ressocialização de João, o que aponta para a sua ilicitude.

40

O prefeito do Município Beta, ao fim do exercício financeiro, elaborou suas contas de governo e suas contas de gestão, já que atuava, igualmente, como ordenador de despesa.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação às referidas contas, que:

- (A) ambas devem ser objeto de parecer prévio do Tribunal de Contas, que pode ser livremente acolhido ou rejeitado pela Câmara Municipal de Beta;
- (B) ambas devem ser objeto de parecer prévio do Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal de Beta;
- (C) as contas de gestão devem ser julgadas pelo Tribunal de Contas, enquanto as contas de governo devem ser objeto de parecer prévio, que pode ser livremente acolhido ou rejeitado pela Câmara Municipal de Beta;
- (D) as contas de governo devem ser julgadas pela Câmara Municipal de Beta, que contará com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, se houver, enquanto as contas de gestão serão apreciadas pelos órgãos de controle interno;
- (E) as contas de gestão devem ser julgadas pelo Tribunal de Contas, enquanto as contas de governo devem ser objeto de parecer prévio, que somente deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta da Câmara Municipal de Beta.

Objetiva P2 - Conhecimentos Específicos - Direito Administrativo II, Controles Internos, Governança e Gestão de Risco, Finanças Públicas e Auditoria Governamental

41

Luiz e Vera foram investidos em cargos efetivos do Município do Rio de Janeiro em decorrência de decisão liminar em ação por eles ajuizada contra o ato que os excluiu do respectivo concurso público. O processo tramitou por longo período, de modo que Luiz, que tinha bastante tempo de serviço anterior, logrou obter a aposentaria pelo regime próprio de previdência antes da decisão de mérito, que culminou por julgar improcedente a pretensão de ambos e cassar a liminar anteriormente deferida, fato que ocorreu enquanto Vera estava em exercício e ainda não tinha preenchido os requisitos para fins de aposentadoria.

Diante dessa situação hipotética e considerando o entendimento dos Tribunais Superiores acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) Vera deve ser mantida no cargo, com fundamento na teoria do fato consumado, que é um consectário do princípio da segurança jurídica;
- (B) as nomeações de Luiz e Vera devem ser invalidadas diante da decisão judicial de mérito, de modo que ele perderá a aposentadoria e ela, o cargo que ocupava, não sendo pertinente invocar o princípio da segurança jurídica para nenhum deles;
- (C) a situação de Luiz não deve ser afetada pela mencionada decisão, diante do princípio da proteção da confiança legítima, dimensão subjetiva do princípio da segurança jurídica;
- (D) tanto Vera quanto Luiz devem ter as suas situações mantidas, em razão do princípio da proteção da confiança legítima, dimensão objetiva do princípio da segurança jurídica;
- (E) a investidura de Vera e de Luiz corresponde a ato jurídico perfeito, de modo que ambas as situações estão respaldadas e devem ser mantidas com fulcro no princípio da segurança jurídica.

42

O prefeito do Município Alfa pretende determinar o sigilo de informações que estão em poder do ente federativo, por considerá-las imprescindíveis para a segurança da sociedade, pois acredita que a publicidade de tais dados pode comprometer projeto de pesquisa e desenvolvimento científico e pode colocar em risco a saúde da população.

À luz do disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é correto afirmar que:

- (A) não é possível decretar o sigilo de informação que possa colocar em risco a saúde da população, pois o cidadão tem o direito de obter todos os dados disponíveis acerca de situações que afetem a sua órbita individual;
- (B) observado o teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade, tais informações podem ser classificadas como ultrassecretas, secretas e reservadas, que possuem por prazo máximo de restrição de acesso, respectivamente, vinte e cinco, quinze e cinco anos;
- (C) alternativamente aos prazos máximos de restrição de acesso às informações em questão, poderá ser estabelecido como o respectivo termo final a ocorrência de determinado evento, ainda que seja posterior ao limite definido na norma;
- (D) caso tais informações venham a ser classificadas como ultrassecretas, a restrição ao acesso submeter-se-á ao maior prazo da norma, sendo necessário pronunciamento formal da autoridade competente para que ela se torne de acesso público novamente;
- (E) o direito de acesso à informação compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico que sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

43

Ao estudar as normas municipais constantes do edital para o concurso público da Controladoria do Município do Rio de Janeiro (CGM), João se deparou com o Decreto Rio nº 50.523/2022 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Proteção de Dados e detalha a sua competência e sua composição.

Em razão disso, João passou a aprofundar os seus estudos não só sobre o mencionado Decreto, mas também acerca da organização da Administração Pública, bem como da orientação do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema, sendo correto afirmar que o mencionado Conselho:

- (A) foi criado pelo aludido Decreto;
- (B) tem personalidade jurídica própria;
- (C) por ser colegiado, não pode realizar atos administrativos simples;
- (D) deve ter sua eventual extinção realizada por lei;
- (E) resultou da descentralização.

44

Os novos dirigentes de determinada entidade integrante do serviço social (“sistema S”) buscaram assessoria jurídica, a fim de esclarecer se ela integra a Administração Pública e se estaria submetida a alguma peculiaridade atinente ao respectivo regime jurídico, sendo correto afirmar, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que a entidade:

- (A) precisa fazer concurso público para a admissão de pessoal, por se tratar de entidade integrante da Administração Pública;
- (B) por ser uma entidade privada, pertencente ao terceiro setor, não se submete ao controle exercido pelo Tribunal de Contas;
- (C) não precisa realizar licitação nos termos da respectiva lei geral, mas deve observar os princípios gerais da Administração Pública em suas contratações;
- (D) goza das prerrogativas conferidas às autarquias e, portanto, integra o conceito de Fazenda Pública;
- (E) não integra o conceito de Administração Pública, por pertencer ao terceiro setor, de modo que não pode receber qualquer verba tributária.

45

Logo após a sua posse como prefeito do Município de Megalópolis, Confúcio, livre e conscientemente, nomeou sua filha Alexandrina para o cargo de secretária de urbanismo do mencionado ente federativo, tal como prometido em sua campanha, considerando ser ela uma renomada arquiteta que ganhou inúmeros prêmios internacionais de urbanismo, de modo que acredita que seu trabalho possa ser um grande diferencial para a cidade.

Diante das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei nº 8.429/1992, em tese, a conduta de Confúcio:

- (A) caracteriza ato de improbidade que causa prejuízo ao erário;
- (B) caracteriza ato de improbidade que importa em enriquecimento sem causa;
- (C) caracteriza ato de improbidade que viola os princípios da Administração Pública;
- (D) não caracteriza ato de improbidade, dado que não abarca a conduta de nepotismo;
- (E) não caracteriza, em princípio, ato de improbidade, pois versa sobre cargo político.

46

Considerando que a Lei nº 94/1979 foi editada antes da Constituição da República de 1988, alguns dos provimentos nela determinados não são compatíveis com a nova ordem constitucional, notadamente diante da orientação consolidada por meio da Súmula Vinculante nº 43, que estabelece que: “É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido”.

Assim, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal são inconstitucionais os provimentos de:

- (A) ascensão e transferência;
- (B) reintegração e reversão;
- (C) reversão e aproveitamento;
- (D) transferência e aproveitamento;
- (E) ascensão e reintegração.

47

Ao tomar conhecimento de que determinada sociedade praticou ato lesivo à Administração Pública do Município do Rio de Janeiro e diante do robusto suporte probatório existente, a autoridade máxima do respectivo órgão determinou a instauração de processo administrativo de responsabilização por ato lesivo à Administração Municipal, praticado por colaborador externo-pessoa jurídica.

Considerando o disposto na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto Rio nº 46.195/2019, é correto afirmar que:

- (A) tal autoridade não poderia ter instaurado o aludido processo administrativo, diante da competência exclusiva da Controladoria Geral do Município para tanto;
- (B) o mencionado processo administrativo de responsabilização não poderia ser instaurado sem a realização de investigação preliminar pela Controladoria Geral do Município;
- (C) a demonstração do elemento subjetivo é imprescindível para fins de aplicação das penalidades cabíveis por meio do mencionado processo administrativo de responsabilização;
- (D) estará impedido de integrar a comissão responsável pela condução do processo administrativo de responsabilização o servidor estável que tenha condenação em processo administrativo disciplinar;
- (E) do aludido processo administrativo de responsabilização poderá resultar a aplicação da penalidade de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público.

48

Para atender um clamor da população, com vistas a proteger o patrimônio histórico e artístico local, o Município Utopia fez publicar uma lei que determinou o tombamento de alguns prédios considerados marcos de um renomado de arquiteto nascido na localidade, devidamente especificados na norma. Dentre os aludidos bens, existe um que é de propriedade do Estado Utopia.

Diante dessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o aludido tombamento:

- (A) não pode ser realizado por lei, pois exige a ampla defesa e o contraditório para a sua perfectibilização;
- (B) não poderia abarcar bem do Estado Utopia, na medida em que os entes menores não podem tomar bens de entes maiores;
- (C) não pode ser realizado pelo Município Utopia, pois a competência para determinar tal modalidade de intervenção do Estado na propriedade é exclusiva da União;
- (D) está perfectibilizado pela determinação do Poder Legislativo no sentido de realizar tal modalidade de intervenção do Estado na propriedade;
- (E) poderia ter seu procedimento iniciado pela mencionada lei, que será considerada de efeitos concretos para fins de dar prosseguimento à ampla defesa e ao contraditório necessários para a perfectibilização de tal intervenção do Estado na propriedade.

49

Com vistas a iniciar a adequação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) a uma cultura de proteção de dados nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), foi editado o Decreto nº 49.558/2021, que estabeleceu o Programa de Proteção de Dados, constituído por frentes de atuação divididas em diversos eixos, dentre os quais pode ser apontado:

- (A) tratar os desvios;
- (B) verificar resultados;
- (C) eliminar riscos;
- (D) capacitar e sensibilizar;
- (E) planejar estrategicamente.

50

O Ministério Público ajuizou ação civil pública com vistas a obter a responsabilização judicial por ato lesivo à Administração Pública, diante de conduta realizada pela sociedade Sonhomeu, em situação em que ficou evidenciada omissão das autoridades competentes em buscar a responsabilização administrativa. Ao serem citados, os administradores da sociedade ficaram muito preocupados com as penalidades que podem ser aplicadas à sociedade, bem como quanto aos eventuais reflexos que tais sanções podem surtir em sua esfera individual.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

- (A) como o ato é tipificado na lei anticorrupção, os administradores da sociedade Sonhomeu não poderão responder por improbidade administrativa, sob pena de *bis in idem*;
- (B) eventual responsabilização da sociedade Sonhomeu exclui a responsabilização individual de seus administradores, ainda que autores, coautores ou partícipes do ato ilícito;
- (C) a caracterização da responsabilidade da sociedade Sonhomeu depende da responsabilização pessoal de seus administradores;
- (D) não é possível a desconsideração da personalidade jurídica para fins de estender os efeitos de eventuais sanções aplicadas à sociedade Sonhomeu aos seus administradores;
- (E) evidenciada a omissão das autoridades competentes na apuração da responsabilização administrativa, o Ministério Público pode pleitear a aplicação de tais penalidades em juízo.

51

Joel é servidor da guarda municipal do Município Delta e no exercício de suas atribuições praticou ato tipificado como crime de abuso de autoridade. Em razão disso, foi instaurado o respectivo processo administrativo disciplinar, após o que foi recebida a denúncia pelo aludido crime pelos mesmos fatos. O processo administrativo seguiu tramitando e culminou na aplicação da pena de demissão. Após a aplicação da penalidade administrativo-disciplinar, o juízo criminal absolveu Joel por reconhecer que ele estava em legítima defesa.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- (A) o recebimento da denúncia em face de Joel deveria ter suspenso o processo administrativo disciplinar até decisão final de mérito acerca do delito;
- (B) o processo administrativo não deveria ter sido instaurado antes do pronunciamento do juízo criminal acerca dos fatos imputados a Joel;
- (C) a sentença penal que absolveu Joel não pode repercutir na esfera administrativo-disciplinar, na medida em que não reconheceu a inexistência de autoria;
- (D) o reconhecimento criminal de que Joel estava em legítima defesa faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar;
- (E) a penalidade de demissão deve ser cassada, considerando que toda sentença absolutória penal repercute na esfera administrativo-disciplinar, ainda que o fundamento seja a ausência de provas.

52

No exercício de suas atribuições, Jocasta, servidora pública municipal ocupante de cargo efetivo, verificou a existência de vício em ato administrativo realizado na implementação de uma determinada política pública, de modo que cientificou a autoridade competente para realizar o respectivo controle, a qual, à luz das normas de interpretação e aplicação do direito público, nos termos do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), deverá:

- (A) anular, de plano, o ato em questão, independentemente do vício, pois dos atos nulos não se originam direitos;
- (B) analisar a regularidade do ato, considerando as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a decisão do agente;
- (C) decretar a invalidação do ato administrativo, para o que não há necessidade de motivação, por se tratar de ato vinculado;
- (D) reconhecer a nulidade do ato, a despeito das consequências administrativas da decisão de invalidação;
- (E) motivar eventual decisão de invalidação, ainda que com base em valores abstratos.

53

Por meio de denúncia anônima, a autoridade competente do Município do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Janete, servidora pública ocupante de cargo efetivo do aludido ente federativo, cometeu falta gravíssima no exercício de suas atribuições. Após investigação, foi instaurado o processo administrativo disciplinar, cuja portaria de instauração não minudenciou todos os fatos a ela imputados. Na fase instrutória, foi utilizada prova emprestada de processo criminal, autorizada pelo juízo competente, e a defesa técnica foi apresentada por Maura, servidora mais antiga constituída por Janete, que não é advogada. Após extrapolar o prazo previsto em lei para conclusão e garantir a ampla defesa e o contraditório, o processo resultou na aplicação da pena de demissão de Janete.

Diante dos fatos narrados, a orientação sumulada pelos Tribunais Superiores é no sentido de que:

- (A) o processo administrativo disciplinar não poderia ter sido instaurado em decorrência de denúncia anônima;
- (B) a utilização da mencionada prova emprestada é permitida, uma vez que autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa;
- (C) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo em questão enseja a nulidade da decisão, independentemente de prejuízo para a defesa;
- (D) a portaria de instauração é nula, pois era imprescindível que contivesse a exposição detalhada dos fatos;
- (E) há vício insanável no processo administrativo, na medida em que a falta de defesa técnica por advogado é inconstitucional.

54

O Município Alfa fez publicar dois Decretos, ora designados de ABC e XYZ. O Decreto ABC determina que todos os servidores públicos locais devem apresentar anualmente a Declaração de Imposto de Renda junto aos órgãos competentes, no período entre 1º de abril e 31 de maio de cada ano, com vistas a regulamentar o disposto na lei de improbidade administrativa. Já o Decreto XYZ concedeu a revisão geral anual dos servidores de carreira do Poder Executivo, mediante a adoção de índice federal de correção monetária.

Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores acerca do poder regulamentar, é correto afirmar que:

- (A) o Decreto ABC é inconstitucional, pois a lei de improbidade administrativa não impõe tal obrigação para os servidores municipais, mas o Decreto XYZ é constitucional, na medida em que versa sobre os servidores do Poder Executivo;
- (B) o Decreto ABC é inconstitucional, pois o Município Alfa só poderia regulamentar norma local, mas o Decreto XYZ é constitucional, na medida em que confere execução a direito assegurado pela Constituição da República de 1988 aos servidores públicos;
- (C) o Decreto XYZ é inconstitucional, pois a matéria se submete à reserva de lei, mas o Decreto ABC é constitucional, ainda que regulamente norma editada pela União;
- (D) ambos os Decretos são constitucionais, na medida em que editados no regular exercício do poder regulamentar;
- (E) ambos os Decretos são inconstitucionais, pois as matérias neles veiculadas submetem-se à reserva de lei.

55

Gisele é servidora pública ocupante do cargo efetivo de médica do Município Beta, que, por estar exaurida após diversos plantões seguidos, cometeu grave erro médico no exercício de suas atribuições em hospital municipal, na medida em que amputou braço saudável de Eulálio, em lugar daquele que estava enfermo e necessitava de tal intervenção cirúrgica.

Em razão disso, Eulálio visa a ajuizar ação de responsabilização civil em decorrência do trágico evento, sendo correto afirmar, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, que ele:

- (A) poderá optar entre ajuizar a ação em face de Gisele ou do Município Beta, na medida em que ambos respondem objetivamente pelas lesões causadas;
- (B) deverá ajuizar ação em face de Gisele e do Município Beta, situação em que terá que demonstrar que a servidora atuou com dolo ou culpa no exercício de suas atribuições;
- (C) poderá ajuizar ação exclusivamente em face de Gisele, que responde objetivamente pelo exercício de sua prática profissional na qualidade de servidora pública;
- (D) deverá ajuizar a ação apenas em face do Município Beta, que responderá objetivamente pelos danos causados, na medida em que Gisele não poderá constar do respectivo polo passivo;
- (E) não poderá ajuizar a ação em face de Gisele, pois o Município Beta deverá responder pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causem a terceiros, mediante demonstração de que agiram com dolo ou culpa.

56

A estratégia de uma organização deve ser atualizada de acordo com o aprendizado organizacional e as mudanças no ambiente. Para o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), a gestão de riscos deve estar integrada:

- (A) não somente à formulação da estratégia e seu planejamento, mas também a sua execução e monitoramento, nos diversos níveis organizacionais;
- (B) não somente à formulação da estratégia e seu planejamento, mas também a sua execução e monitoramento, em um único nível organizacional;
- (C) somente à formulação da estratégia e seu planejamento, em um único nível organizacional;
- (D) somente à execução e o monitoramento da estratégia, nos diversos níveis organizacionais;
- (E) somente à execução e o monitoramento da estratégia, em um único nível organizacional.

57

A governança pública organizacional compreende essencialmente mecanismos postos em prática com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Quanto a esse conceito, é correto afirmar que:

- (A) diferencia-se da governança de políticas públicas e de Centro de Governo, embora sejam relacionadas e interdependentes;
- (B) as diversas práticas que implementam as atividades de governança podem ser agrupadas em três mecanismos específicos: propaganda, transporte e contabilidade;
- (C) a governança é o direcionamento do esforço de gestão das organizações para resultados de interesse da sociedade, confundindo-se com a própria gestão;
- (D) governar é a realização de duas atividades: avaliar as demandas das partes interessadas e estabelecer os problemas ou serviços prioritários;
- (E) as diversas práticas que implementam as atividades de governança podem ser agrupadas em três mecanismos gerais: marketing, logística e finanças.

58

O desenho de processos numa organização costuma ser fundamental para identificação de riscos, oportunidades de melhorias, dentre outros benefícios. O Business Process Model and Notation (BPMN) é uma notação gráfica largamente utilizada para mapear os processos de negócio de uma organização, em que cada figura é responsável por simbolizar algo referente ao processo.

A figura que representa um evento é um(a):

- (A) círculo;
- (B) losango;
- (C) quadrado;
- (D) retângulo;
- (E) seta.

59

Alguns diagramas, metodologias, modelos e técnicas são particularmente eficazes em ajudar a procurar a causa raiz de problemas.

Para tanto, uma organização utilizaria de maneira mais imediata e eficaz o(a):

- (A) Análise SWOT;
- (B) Diagrama de Ishikawa;
- (C) Matriz SIPOC;
- (D) Método Delphi;
- (E) Metodologia 5W2H.

60

Gerenciar os riscos refere-se a, dentre outros, implementar um processo de gestão de continuidade de negócios para se preparar e reduzir os efeitos de possíveis incidentes, sejam naturais ou provocados pelo homem, que tenham o potencial de interromper as atividades da organização. A organização utiliza os resultados do processo de avaliação de riscos para definir a estratégia de proteção e recuperação das suas atividades prioritárias em caso de desastres. A estratégia deve ser desdobrada em planos de continuidade que estabeleçam procedimentos e responsáveis, e que sejam testados.

Quando ocorrem os desastres, são fundamentais para o sucesso da execução dos planos de continuidade de negócios:

- (A) a amizade e a solidariedade;
- (B) a boa vontade e a intuição;
- (C) a conscientização e o treinamento;
- (D) a improvisação e a criatividade;
- (E) a remuneração e o bônus.

61

Gerir os riscos refere-se a, dentre outros, definir e implementar a estrutura de gestão de riscos. Essa estrutura exige o comprometimento da liderança com a gestão de riscos. Os objetivos e o comprometimento com a gestão de riscos devem ser formalizados numa política.

Para além da política, a estrutura de gestão de riscos deve abranger:

- (A) o propósito da organização para gerenciar riscos e vínculos com seus objetivos e outras políticas;
- (B) o reforço da necessidade de integrar a gestão de riscos na cultura global da organização;
- (C) a integração da gestão de riscos nas atividades principais e na tomada de decisão e atribuição de autoridades e responsabilidades;
- (D) as formas de medição e reporte no âmbito dos indicadores de desempenho da organização;
- (E) o estabelecimento de fluxos de comunicação para compartilhar informações e decisões acerca de gestão de riscos interna e externamente.

62

A Matriz GUT foi proposta por Charles H. Kepner e Benjamin B. Tregoe em 1981 como uma ferramenta a ser utilizada na solução de problemas. Numa organização, cinco problemas foram avaliados e resultaram nas pontuações listadas a seguir.

Indique a alternativa coerente com o modelo e que representa o problema prioritário:

- (A) G=1; U=1; T=1;
- (B) G=2; U=4; T=5;
- (C) G=4; U=4; T=4;
- (D) G=8; U=6; T=8;
- (E) G=10; U=10; T=10.

63

Gerenciar os riscos refere-se a, dentre outros, implantar o processo de gestão de riscos, que deve ser incorporado aos demais processos organizacionais, a começar do planejamento estratégico, de forma a subsidiar a tomada de decisão e assegurar o alcance dos objetivos, sejam eles estratégicos, operacionais, específicos de um projeto, processo, função, serviço, produto, ativo ou programa.

Considera-se que o processo de gestão de riscos está totalmente integrado à gestão quando:

- (A) os gestores estão em fase de treinamento e conscientização acerca das suas responsabilidades com respeito à gestão de riscos;
- (B) o processo é executado de maneira assistemática por toda a organização e está sendo integrado aos objetivos estratégicos e à cadeia de valor da organização;
- (C) os protocolos de comunicação definidos são aplicados em pelo menos uma etapa do processo;
- (D) mudanças no perfil de riscos, incidentes de risco e riscos com nível acima do apetite a risco são reportados às instâncias superiores;
- (E) processos e projetos relevantes já estão identificados e, por isso, não precisam mais ser avaliados quanto a riscos.

64

Um dos princípios de governança que serve de guia para a atuação das organizações públicas diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistentes nos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados.

Esse é o princípio da:

- (A) *accountability*;
- (B) equidade;
- (C) integridade;
- (D) participação;
- (E) transparência.

65

O Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos.

O modelo é aplicável a todas as organizações e é otimizado por:

- (A) adotar uma abordagem baseada em interesses e adaptar o modelo para atender aos objetivos e circunstâncias do Estado;
- (B) focar na contribuição que o gerenciamento de riscos oferece para atingir objetivos e criar valor, bem como questões de defesa e proteção de valor;
- (C) compreender claramente os papéis e responsabilidades representados no modelo, recomendando-se não se ater aos relacionamentos entre eles;
- (D) implantar medidas para tentar que as atividades e os objetivos estejam alinhados com todos os interesses dos donos;
- (E) prestação de contas sigilosa, por parte de diversos órgãos de governança de uma organização, ao governo.

66

Em 2014, com apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o TCU consolidou o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, cujo modelo geral apresenta oito dimensões avaliáveis.

A dimensão que aborda o processo de identificação, avaliação e tratamento de riscos no desenvolvimento e implementação da política é conhecida como “gestão de riscos e:

- (A) *accountability*”;
- (B) controle interno”;
- (C) institucionalização”;
- (D) coerência”;
- (E) participação”.

67

A gestão de riscos serve para identificar e entender os riscos e manter as instâncias responsáveis informadas para que as respostas aos riscos sejam apropriadas.

Nesse intuito, assim como para garantir a alocação de recursos e a existência dos canais de comunicação necessários, a organização precisa implantar uma estrutura de gestão de riscos:

- (A) adequada às suas necessidades, sem precisar definir o processo de gestão de riscos, contanto que seja integrado à gestão e à tomada de decisão;
- (B) adequada às suas necessidades, e definir o processo de gestão de riscos integrando-o à gestão e à tomada de decisão;
- (C) superior às suas necessidades, e definir o processo de gestão de riscos integrando-o à gestão e à tomada de decisão;
- (D) superior às suas necessidades, e por isso sem precisar definir completamente o processo de gestão de riscos, ainda que integrado à gestão e à tomada de decisão;
- (E) superior às suas necessidades, e definir o processo de gestão de riscos sem precisar integrá-lo à gestão e à tomada de decisão.

68

Administrar os riscos refere-se a, dentre outros, estabelecer as funções da segunda linha. O *Institute of Internal Auditors* (IIA) orienta que essas funções fornecem apoio e questionamento às decisões e ações da primeira linha.

Um dos papéis exercidos pela segunda linha é fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos e controle interno, exatamente nos níveis de:

- (A) programa, hardware e indivíduo;
- (B) portfólio, software e presidência;
- (C) fluxo informacional, algoritmos e almoxarifado;
- (D) projeto, *cloud* e ouvidoria;
- (E) processo, sistemas e entidade.

69

Gerir os riscos refere-se a, dentre outros, gerenciar os riscos críticos. Os riscos críticos, ou seja, aqueles com potencial de impacto significativo nas operações e nos resultados, devem ser avaliados com precisão e os respectivos planos de mitigação devem ser monitorados.

Como boa prática, o reporte acerca desses riscos deve ser:

- (A) encaminhado diretamente a pelo menos um membro das instâncias externas de governança, de forma independente da administração executiva;
- (B) encaminhado indiretamente a todos os membros das instâncias internas de governança por meio da administração executiva;
- (C) adaptado às necessidades da organização e realizado de forma não rotineira e com frequência indefinida para não haver risco de fraude;
- (D) confiável e suficientemente detalhado para informar à liderança acerca dos riscos críticos, mas simplificado de forma a não exagerar na quantidade de riscos considerados críticos;
- (E) confiável, e por isso mesmo pouco detalhado, para informar à liderança acerca dos riscos críticos, sem limitar a quantidade de riscos considerados críticos.

70

A probabilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou o alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos é conceituada como:

- (A) incerteza;
- (B) meta;
- (C) norma;
- (D) projeção;
- (E) risco.

71

Mesmo que um orçamento seja elaborado com muita diligência a partir de informações atualizadas e fidedignas, é comum a necessidade de se realizarem alterações qualitativas e quantitativas no orçamento ao longo do período de execução. Diante da necessidade de abrir um crédito adicional especial em um dado momento do exercício financeiro, deve-se observar que:

- (A) a programação de despesa a ser reforçada não deverá ser alterada;
- (B) há um limite de abertura de tais créditos na lei orçamentária;
- (C) pode ser coberto com recursos resultantes da anulação parcial de créditos adicionais;
- (D) sua execução não poderá se estender para além do exercício corrente;
- (E) tais créditos não poderão ser abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro.

72

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem o objetivo de permitir o acompanhamento e a análise do desempenho da execução orçamentária dos governos.

Ao tratar desse relatório, o Manual de Demonstrativos Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) orienta que o RREO:

- (A) contenha anexos que subsidiem o acompanhamento da gestão fiscal;
- (B) deva ser publicado anualmente por Municípios de pequeno porte;
- (C) deva ser publicado pelo Poder Executivo bimestralmente e pelos demais poderes no encerramento do exercício;
- (D) em caso de erros, não deva ser republicado, mas ajustado no relatório do período seguinte;
- (E) não se aplique à execução orçamentária e financeira de consórcios públicos.

73

Conforme disposições constitucionais, as emendas parlamentares individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) serão aprovadas em termos de percentual da receita corrente líquida (RCL), de acordo com a seguinte configuração:

- (A) 1,0% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (B) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (C) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (D) 2,0% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinada a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinada a ações e serviços públicos de saúde.

74

As receitas públicas devem ser apresentadas a partir de categorias de classificação previamente definidas. A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador.

O item a seguir que representa o desdobramento de uma espécie de receita de natureza corrente de origem patrimonial é:

- (A) indenizações;
- (B) alienação de estoques;
- (C) alienação de bens móveis;
- (D) impostos sobre o patrimônio;
- (E) juros e correções monetárias.

75

Um dos demonstrativos que compõem o Anexo de Metas Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias trata da estimativa e compensação da renúncia de receita.

Para uma adequada análise desse demonstrativo, é necessário considerar que a renúncia de receita:

- (A) deve se limitar ao exercício financeiro seguinte ao que foi aprovada;
- (B) dispensa a apresentação de medidas de compensação em situações emergenciais;
- (C) não é aplicável a programas de governo;
- (D) pode ser destinada a um beneficiário individual;
- (E) precisa ser autorizada no Plano Plurianual.

76

Um fornecedor celebrou um contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação pelo período de doze meses com um ente público. No sexto mês do período do contrato, o fornecedor apresentou um relatório de medição junto com uma nota fiscal.

De acordo com os estágios da execução da despesa, ao receber essa documentação, o ente contratante deve:

- (A) ajustar o seu cronograma de desembolso;
- (B) emitir uma ordem de pagamento;
- (C) inscrever o valor em restos a pagar processados;
- (D) proceder à liquidação da despesa;
- (E) processar uma nota de empenho.

77

Os analistas de um tribunal de contas notificaram o prefeito e o chefe do Poder Legislativo de um dado Município quanto ao conteúdo e forma do Plano Plurianual para o período de 2022-2025, que foi aprovado e publicado no Diário Oficial com inconsistências.

Na notificação enviada, os analistas destacaram que as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal deveriam ser apresentados:

- (A) de forma regionalizada;
- (B) de forma integrada ao programa de conversa;
- (C) conforme a classificação por função e subfunção;
- (D) de acordo com a classificação institucional das ações;
- (E) de forma vinculada às respectivas fontes de financiamento.

78

Ao instituir normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, o texto da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, dispõe sobre competências das instâncias de controle interno e externo.

Quanto às atribuições do controle interno, a lei orienta que abrange a verificação:

- (A) da guarda e legal emprego dos dinheiros públicos;
- (B) da probidade da administração;
- (C) da regularidade das prestações de contas;
- (D) do cumprimento da lei orçamentária;
- (E) prévia da legalidade dos atos de execução orçamentária.

79

Um analista de controle precisou fazer uma análise comparativa da alocação dos recursos de um ente público abrangendo dois mandatos de um mesmo gestor a fim de identificar as unidades orçamentárias priorizadas no processo alocativo.

Como o analista deseja identificar os responsáveis pelas decisões em termos de recursos aplicados, deve usar como base a classificação:

- (A) funcional;
- (B) institucional;
- (C) por natureza;
- (D) programática;
- (E) por modalidade de aplicação.

80

Considere o conteúdo do trecho a seguir.

“Art. 40. Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 4.004, de 18 de abril de 2005.

Parágrafo único. Na proposta orçamentária, as categorias de programação por meio das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades-fim deverão estar estruturadas de forma a permitir a efetiva contabilização dos custos das ações cuja execução ocorra no respectivo exercício.”

Sabendo que o trecho acima foi adaptado e extraído de um instrumento de planejamento de um ente público municipal, a análise do seu conteúdo permite afirmar que se trata do(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) Lei Orçamentária Anual;
- (D) Plano Plurianual;
- (E) Política de Gestão de Custos.

81

Durante um treinamento sobre registro dos estágios da receita orçamentária para um grupo de novos servidores, à luz das normas vigentes sobre o tema, foi esclarecido que:

- (A) a arrecadação de receitas só pode ser feita por meio de instituições financeiras autorizadas pelo ente;
- (B) a liquidação de uma despesa empenhada depende do lançamento da respectiva fonte de receita;
- (C) a previsão inicial da receita não deve ser alterada ao longo do exercício;
- (D) o lançamento de uma receita deve ser feito somente quando sua arrecadação for provável;
- (E) pode ocorrer arrecadação de receitas que não foram lançadas.

82

O conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal se refere basicamente aos limites previstos na LRF para subsidiar o controle de gasto com pessoal e do endividamento público.

Em termos de endividamento público, o relatório traz subsídios para acompanhar individualmente os limites relativos a:

- (A) créditos não tributários;
- (B) depósitos restituíveis;
- (C) empréstimos concedidos;
- (D) operações de crédito;
- (E) transferências financeiras.

83

Com o objetivo de contribuir para o controle do endividamento público, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu parâmetros para o acompanhamento quadrimestral da dívida consolidada.

Conforme tais parâmetros, se a dívida consolidada de um ente ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre:

- (A) o ente deverá publicar decreto com regras para o refinanciamento da dívida;
- (B) o ente deverá abrir créditos adicionais extraordinários para cobrir o serviço da dívida;
- (C) o tribunal de contas enviará alerta em decorrência da situação de calamidade financeira;
- (D) o valor excedente deverá ser eliminado até o final do exercício corrente;
- (E) pelo menos um quarto do excedente deverá ser reduzido no quadrimestre seguinte.

84

Considere o trecho a seguir.

“A Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2022, foi publicada no Diário Oficial do dia 13 de janeiro de 2022.”

O conteúdo do trecho indica atendimento a regras básicas decorrentes de dois dos princípios orçamentários, que são:

- (A) anualidade e universalidade;
- (B) especificação e publicidade;
- (C) exclusividade e publicidade;
- (D) exclusividade e transparência;
- (E) legalidade e transparência.

85

Os instrumentos de planejamento dos entes da administração pública têm seus conteúdos básicos dispostos no texto constitucional, tendo em vista assegurar a consistência do processo em todos os níveis de governo.

Nesse contexto, a Lei que estimar a receita e fixar a despesa para o exercício:

- (A) deverá apresentar termos para estabelecimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- (B) não deverá incluir autorização para contratação de operações de crédito, que cabe à lei específica;
- (C) poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais;
- (D) poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, detalhando investimentos plurianuais e em andamento;
- (E) poderá dispor sobre parâmetros para iniciativa de lei para fixação das remunerações no âmbito do respectivo Poder Legislativo.

86

A materialidade é um elemento importante a ser considerado pelo auditor nos trabalhos de auditoria à luz dos seus princípios fundamentais, porém, sua avaliação:

- (A) afeta a extensão, mas não a época dos procedimentos de auditoria;
- (B) depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários;
- (C) não deve afetar a formação da opinião do auditor;
- (D) tem impacto secundário nos trabalhos de auditoria de conformidade;
- (E) tem maior relevância na fase do planejamento da auditoria.

87

A documentação de auditoria, também denominada papéis de trabalho, compreende todos os documentos e anotações que registram as evidências dos trabalhos executados pelo auditor e fundamentam sua opinião e comentários. Os papéis de trabalho podem ser permanentes ou correntes.

Os do tipo permanente contêm informações de natureza perene, passíveis de serem utilizadas em mais de um trabalho de auditoria, e podem ser exemplificados por:

- (A) atas de reuniões realizadas;
- (B) documentos de planejamento;
- (C) evidências dos achados de auditoria;
- (D) fluxograma de procedimentos operacionais;
- (E) relatos de visitas ou inspeções realizadas.

88

O texto das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, elaboradas pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA), aborda os requerimentos aplicáveis às atividades de avaliação (assurance) ou de consultoria.

Se um auditor assume uma demanda de serviço de avaliação (assurance), deve observar que:

- (A) a natureza do trabalho está sujeita a um acordo com o cliente do trabalho;
- (B) o escopo do trabalho de avaliação é determinado pelo auditor interno;
- (C) o trabalho é realizado a partir da solicitação específica de um cliente do trabalho;
- (D) o trabalho envolve duas partes: o auditor interno e o cliente do trabalho;
- (E) o trabalho não poderá ser realizado com o mesmo escopo em períodos subsequentes.

89

Ao elaborar uma matriz de planejamento de um trabalho de auditoria com escopo na execução orçamentária de um ente público, um auditor enumerou uma série de dados a serem extraídos no SIAFI sobre a execução de contratos com dispensa de licitação no período de análise.

Na matriz de planejamento, tais dados devem ser considerados como:

- (A) elementos descritivos da questão de auditoria;
- (B) integrantes dos procedimentos de auditoria;
- (C) padrões para avaliar o objeto auditado;
- (D) partes do rol de informações requeridas;
- (E) possíveis achados de auditoria.

90

Na elaboração do relatório de um trabalho de auditoria, o auditor deve recordar que seu formato e conteúdo dependerão da natureza da auditoria, dos usuários previstos, das normas aplicáveis e dos requisitos legais. A norma ISSAI 100 - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público traz recomendações acerca de relatório de auditoria relativas a trabalhos de certificação e trabalhos de relatório direto.

Entre essas recomendações, destaca-se que, nos trabalhos de relatório direto:

- (A) a metodologia e as fontes de dados são registradas nos papéis de trabalho, e não no relatório;
- (B) o relatório deve descrever quaisquer limitações ao escopo da auditoria;
- (C) o relatório deve expressar uma opinião a respeito da conformidade ou não do objeto com os critérios estabelecidos;
- (D) o relatório não comporta a inclusão de recomendações sobre o objeto auditado;
- (E) uma opinião não modificada só poderia ser emitida considerando-se um nível de asseguarção razoável.

91

Após finalizar a sua prestação de contas anual, um ente público a enviou no prazo previsto para o tribunal de contas. Após alguns meses, o ente recebeu um relatório de análise preliminar em que foram apontadas algumas inconsistências nas demonstrações contábeis, que afetaram a sua análise e o processo de responsabilização. Em decorrência dessa situação, o gestor determinou que nos exercícios seguintes fosse realizada uma auditoria prévia ao envio ao tribunal de contas, para que a prestação de contas fosse corretamente operacionalizada.

Para atender a determinação do gestor, deve ser planejada uma auditoria:

- (A) especial;
- (B) financeira;
- (C) operacional;
- (D) orçamentária;
- (E) patrimonial.

92

Ao iniciar um processo de avaliação de riscos em um trabalho de auditoria, o auditor deve recordar que existem diferentes tipos de riscos que carecem de avaliação e respostas específicas.

No contexto da auditoria das demonstrações contábeis, conforme definido pelas normas de auditoria, o risco definido pela "susceptibilidade de uma afirmação a respeito de uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que pode ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados" deve ser tratado como um risco:

- (A) de controle;
- (B) de detecção;
- (C) de distorção;
- (D) inerente;
- (E) operacional.

93

Um auditor foi designado para realizar um procedimento de auditoria relativo à aquisição de bens de consumo já distribuídos à população. Os procedimentos incluem verificar se a quantidade adquirida e entregue, conforme documentos fiscais e registros de entrada de estoques, foi demasiadamente grande para ser estocada nos locais indicados nos documentos fiscais, com visita ao local de estocagem dos materiais.

São técnicas indicadas para atender o procedimento:

- (A) entrevista e inspeção física;
- (B) exame documental e entrevista;
- (C) indagação escrita e exame documental;
- (D) inspeção física e revisão analítica;
- (E) observação direta e inspeção física.

94

A elaboração de procedimentos analíticos substantivos requer que os dados utilizados sejam confiáveis. A NBC TA 520 - Procedimentos Analíticos aborda aspectos relevantes para determinar a confiabilidade de dados usados neste tipo de procedimento, a qual NÃO contempla:

- (A) comparabilidade das informações disponíveis;
- (B) controles sobre a elaboração das informações que são planejadas;
- (C) fonte das informações disponíveis;
- (D) natureza e relevância das informações disponíveis;
- (E) uso das informações em procedimentos de auditoria anteriores.

95

Nos trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis, é recorrente o uso dos testes para superavaliação e subavaliação de saldos das contas. Isso ocorre devido ao risco de que o saldo de uma conta do balanço patrimonial ou da demonstração do resultado possa estar errado para mais ou para menos.

No teste para superavaliação, o auditor parte do(s):

- (A) documento suporte para razão geral;
- (B) saldo de abertura do exercício em análise;
- (C) valor registrado no razão geral para o documento suporte da transação;
- (D) saldos com variações mais relevantes no período;
- (E) saldos registrados no papel de trabalho elaborado na auditoria anterior.

96

A comunicação de resultados é considerada a principal oportunidade para a atividade de auditoria interna reforçar o seu valor perante a organização. E a qualidade dessa comunicação é dada a partir de algumas características.

Assim, entre outras qualidades, o auditor deve se comprometer em comunicar informações precisas, ou seja:

- (A) justas, imparciais, neutras, livres de influência indevida;
- (B) livres de erros e distorções, e fiéis aos fatos e evidências que lhes dão suporte;
- (C) lógicas e que considerem todas as informações significativas e relevantes;
- (D) significativas e relevantes, e que apoiem conclusões e recomendações;
- (E) úteis para os destinatários do trabalho de auditoria e que conduzam a melhorias onde necessário.

97

No rol de documentos gerados nos trabalhos de auditoria são reportadas informações que vão desde o planejamento até o relatório final.

Informações quanto a nexos de causalidade (entre a conduta e o resultado ilícito), que dizem respeito a evidências de que a conduta do responsável contribuiu significativamente para o resultado ilícito, devem ser reportadas no(a):

- (A) matriz de achados;
- (B) matriz de planejamento;
- (C) matriz de responsabilização;
- (D) sessão de principais assuntos de auditoria;
- (E) relatório com a opinião do auditor.

98

Uma das atividades consideradas no planejamento de um trabalho de auditoria refere-se à avaliação dos controles internos.

As normas de auditoria recomendam que, nos trabalhos de auditoria, a avaliação dos controles internos:

- (A) deve compor a documentação de auditoria de forma assessória;
- (B) deve se basear em registros prévios fornecidos pela entidade auditada;
- (C) deve ser aplicada somente na fase inicial do trabalho;
- (D) pode ser facultada, mediante justificativa de trabalhos de auditoria anteriores;
- (E) pode ser feita a partir de observações diretas sistemáticas.

99

Um auditor precisa obter uma amostra de uma população que apresenta distribuição binomial.

Nesse caso, as observações devem ser selecionadas:

- (A) com estratificação, no caso de populações finitas;
- (B) com reposição, no caso de populações finitas;
- (C) com reposição, no caso de populações infinitas;
- (D) de forma aleatória, por conglomerados;
- (E) sem reposição, independentemente do tamanho da população.

100

As ações de fiscalização no âmbito das entidades públicas têm como fim último o cumprimento de princípios constitucionais para assegurar a aplicação regular dos recursos públicos. As ações de fiscalização devem ser realizadas a partir de instrumentos adequados à situação de referência.

Ao ser designado para realizar uma ação de fiscalização, um agente de controle deve observar que o acompanhamento:

- (A) é aplicado na apuração de representações quanto a legalidade, legitimidade e economicidade de fatos da administração;
- (B) é o instrumento mais adequado para avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações;
- (C) é o instrumento utilizado por um órgão de controle para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos;
- (D) permite verificações de atos à medida que estes são realizados e com uma periodicidade maior;
- (E) precisa ser realizado a partir da autuação de processo de controle externo ou por meio de visitas técnicas.

Realização

